



NORTE2020

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

ESPAÇOS CIDADÃO

PROMOÇÃO DAS TIC NA ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO Nº NORTE-50-2019-13



CONTROLO DO DOCUMENTO

Versão	Data de aprovação	Data de publicação	Descrição
1	22/04/2019	23/07/2019	Versão inicial
2			Alteração de...

INDICE

1. Enquadramento e caracterização geral	5
2. Objetivos	7
3. Âmbito geográfico	7
4. Beneficiários elegíveis	7
4.1. Natureza dos beneficiários	7
4.2. Critérios de elegibilidade dos beneficiários	7
5. Tipologia de operações elegíveis	7
5.1. Tipologia de operações	7
5.2. Critérios de elegibilidade das operações	8
6. Indicadores de resultado e de realização a alcançar	8
7. Dotação financeira do Aviso	9
8. Condições de atribuição do financiamento às operações	9
8.1. Forma do apoio	9
8.2. Taxa máxima de cofinanciamento	10
8.3. Limites dos apoios	10
8.4. Despesas elegíveis	10
9. Duração das operações	11
10. Operações geradoras de receitas	11
11. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações	11
12. Modalidade e procedimentos para apresentação das candidaturas	12
12.1. Formalização da candidatura	12
12.2. Prazo para apresentação de candidaturas	12
12.3. Documentos a apresentar	12
13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas	13
13.1. Critérios de seleção e metodologia de avaliação do mérito	13
13.1.1. Critérios de seleção	13
13.1.2. Metodologia de cálculo	13
13.1.3. Entidades responsáveis pela apreciação e pela decisão	14
13.2. Esclarecimentos complementares	14
13.3. Calendarização do processo de análise e decisão	15

14. Aceitação da decisão	15
15. Obrigações do beneficiário.....	15
16. Documentação de referência	15
16.1. Legislação.....	15
16.2. Orientações técnicas e/ou orientações de gestão	16
16.3. Outra documentação relevante	16
17. Esclarecimentos e pontos de contacto	16

1. Enquadramento e caracterização geral

Eixo Prioritário	9. Capacitação Institucional e TIC
Objetivo Temático	OT2: Melhorar o acesso às TIC
Prioridade de Investimento	2.3 O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha
Objetivos específicos	9.3.1 - Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de TIC
Tipologia de Intervenção	50. Promoção das TIC na administração e serviços públicos
Tipologia de Ações/Operações	1. Disponibilização de serviços públicos eletrónicos de âmbito regional e local, direcionados para o cidadão e para as empresas, que proporcionem formas flexíveis e personalizadas de interagir com a administração pública e uma diminuição de custos de contexto (por exemplo, ações de digitalização de serviços municipais e a sua disponibilização, através de diferentes plataformas, com recurso à identificação eletrónica); 2. Fomento do uso de modelos descentralizados de prestação de serviços em rede, através da criação de espaços ou da adoção de soluções de mobilidade onde os utentes possam aceder a serviços públicos eletrónicos de forma mediada (por exemplo, ações de instalação de espaços do cidadão, que promovam o atendimento digital assistido a serviços da administração pública);
Regulamento Específico	Competitividade e Internacionalização – Parte III - sistema de apoio à transformação digital da Administração Pública
Domínios de intervenção	48. TIC: Outros tipos de infraestruturas de TIC/recursos informáticos/equipamento de larga escala (incluindo infraestruturas eletrónicas, centros de dados e de sensores; também quando integrados em outras infraestruturas, tais como instalações de investigação, infraestruturas ambientais e sociais) 78. Serviços e aplicações de administração pública em linha (incluindo contratação pública eletrónica, medidas TIC de apoio à reforma da administração pública, cibersegurança, medidas de confiança e privacidade, justiça eletrónica e democracia eletrónica) 79. Acesso à informação do setor público (incluindo cultura eletrónica de dados abertos, bibliotecas digitais, conteúdos eletrónicos e turismo eletrónico) 80. Serviços e aplicações de inclusão eletrónica, acesso eletrónico e aprendizagem e ensino eletrónicos, literacia digital 81. Soluções TIC para responder ao desafio do envelhecimento ativo e saudável e serviços e aplicações de saúde em linha (incluindo a prestação de cuidados em linha e a assistência à autonomia eletrónica)
Indicadores de realização e de resultado	. Indicadores de Realização - O.02.03.02.E - Serviços da Administração Pública apoiados . Indicadores de Resultado - R.02.03.01.E - Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos - R.02.03.02.E - Câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet no total de câmaras

O presente Aviso de Concurso enquadra-se no Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, doravante designado por NORTE 2020, e foi elaborado nos termos dos números 6 e 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e da regulamentação específica aplicável – Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 181-B/2015, de 19 de junho, sobre que incide a Declaração de Retificação n.º 30-B/2015, de 26 de junho, pela Portaria n.º 328-A/2015, de 2 de outubro, pela Portaria 211-A/2016, de 2 de agosto, pela Portaria 142/2017, de 20 de abril, pela Portaria 360-A/2017, de 23 de novembro, pela Portaria 217/2018, de 19 de julho e pela Portaria 316/2018, de 10 de dezembro- bem como da metodologia e

critérios de seleção correspondentes, aprovados pelo Comité de Acompanhamento do NORTE 2020 em 26 de maio de 2015.

Enquadra ainda o presente Aviso a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais; o Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro – Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão, Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes, bem como para os órgãos das freguesias no domínio de Espaços Cidadão; o Decreto-Lei n.º 74/2014 de 13 de maio, na sua versão atual, que estabelece a regra da prestação digital de serviços públicos e consagra o atendimento digital assistido como seu complemento indispensável; e a RCM n.º 1/2017 de 2 de janeiro, “*que clarifica as condições para a instalação de novas Lojas e Espaços de Cidadão, no período de execução do Portugal 2020*”.

Considerando que:

- a) Os serviços públicos devem ser também prestados de forma digital, através da sua progressiva disponibilização na Internet. Neste contexto, é promovido o acesso a esses serviços digitais através do atendimento digital assistido nos Espaços Cidadão.
- b) O Espaço Cidadão (EC) funciona como um balcão único, onde o cidadão beneficia de um atendimento digital assistido, que lhe permite usufruir das várias opções disponibilizadas pelos serviços online da administração central e local.
- c) A instalação e gestão de um Espaço Cidadão em municípios e freguesias são realizadas em articulação entre as autarquias envolvidas e com a Agência para a Modernização Administrativa, I. P., enquanto entidade gestora da rede, mediante a celebração de acordo escrito.
- d) A concretização dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUT III, permitiu estabelecer os termos e condições em que serão apoiados os programas de ação prosseguidos pelas Comunidades Intermunicipais da Região do Norte e pela Área Metropolitana do Porto;
- e) Nos referidos PDCT estão contemplados meios financeiros e foi estabelecido um conjunto de objetivos e metas, em diferentes prioridades de investimento, em que se insere a prioridade relativa ao reforço das aplicações de TIC na Administração Pública (AP) online e o objetivo de aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais e de melhorar a eficiência interna da AP;
- f) O Decreto-Lei n.º 74/2014, de 13 de maio, na sua versão atual, e o Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro, promovem um novo modelo de instalação e gestão dos Espaços Cidadão assente nos mecanismos de colaboração previstos na lei e numa maior intervenção das autarquias, descentralizando as competências de instalação e gestão dos Espaços Cidadão, permitindo uma gestão de proximidade por quem conhece o território e as necessidades da população nele residente em matéria de acesso aos serviços públicos suscetíveis de serem disponibilizados num Espaço Cidadão;
- g) Foi deliberado pela Comissão Diretiva do NORTE2020, em 03-01-2019, o reforço da PI2.3 dos PDCT, num montante global de € 2.000.000, com o objetivo de financiar os Espaços Cidadão, previstos no Decreto-Lei n.º 74/2014 de 13 de maio, na sua versão atual, e no Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro;
- h) O NORTE2020 está a operacionalizar uma avaliação independente das intervenções já concretizadas no âmbito do projeto-piloto, estando a aprovação das operações

submetidas a este aviso condicionada às conclusões dessa avaliação, cujo resultado será divulgado antes do encerramento do Aviso;

Encontram-se reunidas as condições para o lançamento do presente aviso de abertura de candidaturas.

2. Objetivos

Este concurso/convite destina-se a apoiar projetos, no quadro do objetivo temático “OT2. Melhorar o acesso às TIC” e considerando o seguinte objetivo específico do NORTE 2020 em que se insere:

- Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de TIC.

3. Âmbito geográfico

Intervenções realizadas na Região do Norte (NUTS II - Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos).

4. Beneficiários elegíveis

4.1. Natureza dos beneficiários

De acordo com o disposto no artigo 85º do Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, em articulação com o previsto nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) podem apresentar candidatura, enquanto potenciais beneficiárias as entidades da Administração Local, devendo os Espaços Cidadão ser instalados e geridos pelas Freguesias.

4.2. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

As entidades beneficiárias devem assegurar e declarar que cumprem os critérios previstos no artigo 13.º e que não estão abrangidas pelos impedimentos e condicionamentos previstos no artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação atual.

Se para tal forem notificados, os beneficiários deverão comprovar o cumprimento dos critérios acima referidos.

5. Tipologia de operações elegíveis

5.1. Tipologia de operações

No âmbito do presente concurso são passíveis de financiamento operações que visem a instalação de Espaços Cidadão, tal como previsto no Decreto-Lei nº 74/2014, de 13 de maio, na sua versão atual, e no Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro.

5.2. Critérios de elegibilidade das operações

As operações objeto de candidatura devem respeitar o previsto nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) e respeitar o previsto nos pontos seguintes:

5.2.1 Nos termos do 84º do Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, as operações a financiar devem assegurar o cumprimento dos seguintes critérios de elegibilidade:

- (i) Ser objeto de uma caracterização técnica e de um orçamento suficientemente detalhados e fundamentados, com uma estrutura de custos adequada aos objetivos visados, e incluir indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o grau de execução da operação e os progressos realizados;
- (ii) Garantir a sustentabilidade da intervenção após a cessação do apoio através da apresentação de um plano que identifique a incorporação dos seus resultados nas atividades do beneficiário;
- (iii) Cumprir as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação, tal como definidas, até à data dos avisos para apresentação de candidaturas, pelas entidades competentes.

5.2.2 O projeto subjacente à instalação do Espaço Cidadão deve obter parecer favorável da AMA – Agência de Modernização Administrativa, IP que comprove que o respetivo projeto se encontra de acordo com o manual de referência daquele Instituto Público para a natureza desta infraestrutura.

5.2.3 Celebração de protocolo entre a AMA – Agência de Modernização Administrativa, IP e a entidade/entidades da Administração local, nos termos previstos no Artigo 8º do Decreto-Lei nº 74/2014, de 13 de maio, na sua versão atual, e nos Artigos 2º a 4º do Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro.

5.2.4 O promotor deve demonstrar que tem condições para lançar os respetivos procedimentos concursais assim que a candidatura for aprovada, devendo para o efeito ser apresentados os cadernos de encargos e respetivos orçamentos discriminados, devidamente aprovados.

6. Indicadores de resultado e de realização a alcançar

A entidade beneficiária deverá identificar na candidatura os indicadores de realização e de resultado a contratualizar, tal como identificados na tabela infra, com a respetiva fundamentação de valores de referência, metas e o ano alvo.

Código	Tipo de indicador	Designação	Unidade
O.02.03.10.P	Realização	Serviços cobertos pelo Espaço Cidadão	N.º
O.02.03.01.E	Realização	Ações de divulgação na área da sociedade da informação dirigidas aos munícipes/ cidadãos ou empresas	N.º
R.02.03.10.P	Resultado	Atendimento digital assistido no Espaço Cidadão (anual)	Nº

O resultado das operações será objeto de contratualização com a entidade beneficiária tendo em conta a natureza da intervenção, ajustando-se a utilização dos indicadores acima propostos.

7. Dotação financeira do Aviso

A dotação orçamental a atribuir à totalidade das operações a selecionar no âmbito do Concurso/Convite abrangido pelo presente Aviso é de €2.000.000 (dois milhões de euros) FEDER com a seguinte distribuição por NUT III:

Alto Minho	230 400,00
Alto Tâmega	152 000,00
AMP	376 000,00
Ave	224 400,00
Cávado	179 800,00
Douro	313 600,00
Tâmega e Sousa	302 400,00
Terras de Trás-os-Montes	221 400,00

Caso a dotação prevista em qualquer destes territórios não seja esgotada pelas candidaturas passíveis de aprovação, prevê-se a possibilidade de utilização do saldo remanescente pelas candidaturas dos outros territórios, em função da hierarquia global de mérito.

8. Condições de atribuição do financiamento às operações

8.1. Forma do apoio

O financiamento das operações reveste a forma de subvenção não reembolsável.

8.2. Taxa máxima de cofinanciamento

A taxa máxima de cofinanciamento FEDER aplicável a cada operação a apoiar no âmbito do presente Aviso é de 85%, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 88º do Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, salvo se outra resultar da aplicação das normas em vigor em matéria de auxílios de Estado.

8.3. Limites dos apoios

O limite máximo do apoio FEDER é de €12.500 para freguesias com menos de 5.000 residentes e €25.000 para freguesias com mais de 5.000 residentes (Fonte INE, Censos 2011).

8.4. Despesas elegíveis

8.4.1 São elegíveis no âmbito do presente concurso as seguintes despesas resultantes da realização da operação, de acordo com o estipulado no artigo 89º do Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização:

- (i) Aquisição de equipamento informático expressamente para a operação;
- (ii) Aquisição de software expressamente para a operação;
- (iii) Aquisição, implementação, e prestação de serviços, infraestruturas e equipamentos, de comunicações, incluindo os custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e nas condições necessárias ao seu funcionamento, expressamente para a operação;
- (iv) Aquisição de equipamento básico, designadamente mobiliário, sinalética, comunicações e equipamentos relacionados com o atendimento, desde que devidamente justificado como necessário para a implementação da operação;
- (v) Despesas com a promoção e divulgação da operação, até um limite de 5% da despesa total elegível na operação;

8.4.2 As despesas realizadas e efetivamente pagas pelos beneficiários finais no âmbito de operações de locação financeira ou de arrendamento e aluguer de longo prazo apenas são elegíveis para cofinanciamento se foram observadas as regras previstas no n.º 9 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

8.4.3 As despesas são elegíveis em função da sua realização no território da Região Norte (NUTS II - Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, sendo o critério de elegibilidade territorial determinado simultaneamente em função do local onde ocorrem as operações e onde residem os seus beneficiários.

8.5.4 São elegíveis a cofinanciamento as despesas pagas pelos beneficiários desde 1/1/2014, conferidas pelas datas dos respetivos documentos contabilísticos ou de valor probatório equivalente.

8.5.5 Todas as despesas devem respeitar a regulamentação comunitária aplicável, o artigo 15º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, o Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização e as Orientações Técnicas emitidas pela Autoridade de Gestão do NORTE 2020.

8.5.6 Para além da avaliação que, em cada caso, a Autoridade de Gestão venha a efetuar sobre o correto enquadramento das despesas elegíveis nas diversas rubricas orçamentais, na apreciação da elegibilidade dessas despesas será ainda considerada a análise da oportunidade, razoabilidade e adequação dos custos envolvidos em relação aos resultados esperados.

8.5.7 Não são elegíveis as seguintes despesas, de acordo com o estipulado no artigo 90º do Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização:

- (i) Aquisição de terrenos;
- (ii) Compra de imóveis;
- (iii) Construção de edifícios;
- (iv) Trespases e direitos de utilização de espaços;
- (v) Aquisição de bens em estado de uso;
- (vi) Despesas de manutenção ou funcionamento do beneficiário relacionadas com atividades de tipo periódico ou contínuo;
- (vii) Imobilizado corpóreo já objeto de cofinanciamento nacional ou europeu;
- (viii) Prémios, multas, coimas, sanções financeiras e despesas com processos judiciais;
- (ix) Encargos financeiros (juros devedores, ágios, despesas de câmbio e outras despesas financeiras);
- (x) Honorários de consultas jurídicas para contencioso, despesas notariais e despesas de peritagens;
- (xi) O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) recuperável, ainda que não tenha sido ou não venha a ser efetivamente recuperado pelo beneficiário;
- (xii) As despesas pagas no âmbito de contratos efetuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante cofinanciado ou das despesas elegíveis da operação;
- (xiii) Os pagamentos em numerário, efetuados pelos beneficiários aos seus fornecedores.

9. Duração das operações

O prazo máximo de conclusão da operação é de 12 meses (doze meses), contados a partir da data de assinatura do Termo de Aceitação.

10. Operações geradoras de receitas

As operações deverão respeitar a legislação comunitária e nacional aplicável em matéria de operações geradoras de receitas, designadamente, as disposições previstas no Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013 (art.º 61.º e n.º 8 do art.º 65.º) e do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro (art.º 19.º), bem como as orientações técnicas/de gestão adotadas pela Autoridade de Gestão.

11. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações

Os beneficiários de candidaturas que venham a ser aprovadas pelo NORTE 2020 comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade,

resultantes das disposições regulamentares comunitárias e nacionais aplicáveis, bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão em vigor à data da sua aprovação (<http://norte2020.pt/publicidade>).

12. Modalidade e procedimentos para apresentação das candidaturas

12.1. Formalização da candidatura

As candidaturas são apresentadas à Autoridade de Gestão do NORTE 2020 através do Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt>), de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e nos termos e condições fixadas no presente Aviso.

Para o efeito, o beneficiário, bem como os co beneficiários, quando aplicável, deverão obter a credenciação prévia necessária à utilização do Balcão 2020.

Na submissão da candidatura a entidade beneficiária deverá selecionar o formulário correspondente ao Aviso de Concurso a que pretende concorrer, devendo para o efeito tomar em atenção a respetiva sigla de identificação. O formulário de candidatura deverá ser preenchido de acordo com o “Manual de Submissão de Candidaturas” do Balcão 2020.

12.2. Prazo para apresentação de candidaturas

O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte à data de publicação do presente Aviso e as 17:59:59 horas do dia 27/09/2019.

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

12.3. Documentos a apresentar

A candidatura deverá ser instruída com todos os documentos identificados no Anexo II a este Aviso.

Os documentos exigidos devem ser submetidos como anexo ao formulário de candidatura, não sendo como tal aceite a sua apresentação por qualquer outra via. Os documentos assinalados como “obrigatórios” são condição *sine qua non* de elegibilidade, não podendo ser supridos posteriormente por via da apresentação de elementos adicionais.

Alertamos que a designação dos ficheiros a anexar e a sua dimensão devem respeitar as condições definidas no Guião de Preenchimento disponibilizado no Balcão 2020.

A candidatura deve ainda conter a informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

13.1. Critérios de seleção e metodologia de avaliação do mérito

13.1.1. Critérios de seleção

As candidaturas serão apreciadas e hierarquizadas pela Autoridade de Gestão em função dos seguintes critérios de seleção, os quais serão aferidos à luz dos parâmetros identificados no Anexo I que faz parte integrante do presente Aviso:

- A. Qualidade da operação
- B. Impacto da operação

13.1.2. Metodologia de cálculo

As pontuações dos critérios de seleção referidos no ponto anterior são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo a pontuação final do Mérito da Operação estabelecida com relevância até às duas casas decimais, sem arredondamento.

Para a avaliação do Mérito da Operação (MO) e posterior hierarquização das candidaturas apresentadas, serão consideradas as seguintes ponderações dos critérios de seleção referidos no ponto anterior:

Critérios e subcritérios	Ponderação (%)
A. Qualidade da operação	
A.1 - Contributo para eficiência da atividade administrativa do beneficiário	25
A.2 - Grau de inovação ou de replicabilidade da operação	15
A.3 - Capacidade de concretização de operações de modernização e de capacitação da Administração Pública	10
B. Impacto da Operação	
B.1 - Contributo da operação para os Indicadores de Resultado do PO e para outros Domínios Temáticos	25
B.2 - Contributo para a integração de serviços públicos e para as estratégias e objetivos de políticas públicas de modernização e capacitação da Administração Pública	10
B.3 - Contributo para a melhoria da prestação do serviço aos cidadãos e às empresas	15

Para efeitos de hierarquização, serão consideradas apenas as operações que obtenham uma pontuação final (MO) igual ou superior a 3,00.

Para efeitos de aprovação, em caso de igualdade da pontuação final, as candidaturas são ordenadas pela maior pontuação obtida no critério B.1 indicado na ponderação definida no anterior quadro.

Caso persista a situação de igualdade de pontuação, será considerado o previsto no nº 3 do artº 17º do DL 159/2014, de 27 de Outubro.

A avaliação do mérito das candidaturas é efetuada por referência às candidaturas submetidas até ao termo de cada uma das fases do concurso, conforme de identificado no ponto 13.3 do presente Aviso.

13.1.3. Entidades responsáveis pela apreciação e pela decisão

A apreciação e a decisão das candidaturas competem à Autoridade de Gestão do NORTE 2020 que, para o efeito, poderá promover a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou para a emissão de pareceres técnicos especializados.

Nos termos dos artigos n.º 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, relativo ao modelo de governação dos FEEL, a análise e a emissão de parecer sobre as candidaturas são da responsabilidade dos seguintes Organismos Intermédios: Comunidades Intermunicipais e Área Metropolitana do Porto, quando a Autoridade de Gestão tenha celebrado contrato de delegação de competências e desde que o Organismo Intermédio já se encontre reconhecido pelas entidades competentes.

Cabe à Autoridade de Gestão do NORTE 2020, sob proposta dos Organismos Intermédios, a tomada de decisão sobre a candidatura.

Sempre que se trate de projetos candidatados pelas Comunidades Intermunicipais da NUTS II Região do Norte, a análise das candidaturas no âmbito deste Aviso de Concurso será assegurada integralmente pela AG.

13.2. Esclarecimentos complementares

A Autoridade de Gestão pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, o que só pode ocorrer uma vez, ou quando sejam solicitados pareceres a peritos externos independentes da Autoridade de Gestão. Os elementos em causa devem ser apresentados pelo beneficiário de uma só vez, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. Eventuais elementos adicionais que o beneficiário entenda remeter apenas poderão ser aceites, desde que dentro do prazo supra referido.

Se, findo este prazo, o beneficiário não prestar os esclarecimentos ou não apresentar os elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e a informação disponíveis.

A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para a análise e a comunicação da decisão respetiva. Nesta situação, o prazo para a tomada de decisão é contado a partir da data em que se encontre completa a instrução correspondente de todas as candidaturas de cada uma das fases de apuramento de candidaturas.

A Avaliação do Mérito será efetuada tendo em conta exclusivamente os elementos apresentados no momento de submissão da candidatura, pelo que aquela análise não será protelada pelo facto de terem sido detetadas insuficiências na informação apresentada pelo promotor, nem os elementos que possam eventualmente vir a ser apresentados em sede de resposta ao pedido de elementos adicionais/complementares poderão ser considerados para efeitos da Avaliação de Mérito.

13.3. Calendarização do processo de análise e decisão

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir às candidaturas apresentadas é proferida pela Autoridade de Gestão do NORTE 2020 de acordo com o seguinte plano para apresentação de candidaturas, respetiva análise e comunicação da decisão aos beneficiários:

Fases de apresentação de candidaturas	Data Limite para a Comunicação da Decisão (*)
Fase 1: 23.julho a 31.agosto	22.novembro.2019
Fase 2: 01. a 27.setembro	20.dezembro.2019

(*) Esta data não contempla a eventual suspensão de prazo para a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos solicitados e/ou resposta no âmbito do processo de audiência prévia de interessados.

O prazo de decisão é de 60 dias úteis, a contar da data limite para a respetiva apresentação, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro. Este prazo é suspenso quando sejam solicitados ao candidato documentos e esclarecimentos adicionais o que só pode ocorrer por uma vez. Finda a análise das candidaturas, a Autoridade de Gestão notifica as entidades dos resultados e da proposta de decisão que recai sobre a candidatura, procedendo à audiência prévia dos interessados.

A proposta de decisão e a decisão final sobre a candidatura fica igualmente registada no sistema de informação, sendo passível de consulta pelos beneficiários na sua “Conta Corrente”.

Uma vez concluída a análise e emitida decisão final sobre as candidaturas do Aviso, a Autoridade de Gestão procederá à divulgação pública anual dos projetos aprovados no site do NORTE 2020 e, com a periodicidade legalmente prevista, nos meios de comunicação social.

14. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão de concessão do apoio é feita mediante a assinatura, pelo beneficiário, de um termo de aceitação, o qual é submetido eletronicamente e autenticado nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

15. Obrigações do beneficiário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação europeia ou nacional ou na regulamentação específica aplicáveis, os beneficiários ficam obrigados, quando aplicável, a cumprir o previsto no n.º 1 do art.º 24º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

16. Documentação de referência

16.1. Legislação

- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro

- Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 181-B/2015, de 19 de junho, sobre que incide a Declaração de Retificação n.º 30-B/2015, de 26 de junho, pela Portaria n.º 328-A/2015, de 2 de outubro, pela Portaria 211-A/2016, de 2 de agosto, pela Portaria 142/2017, de 20 de abril, pela Portaria 360-A/2017, de 23 de novembro, Portaria 217/2018, de 19 de julho, e pela Portaria 316/2018, de 10 de dezembro. Decreto-Lei nº74/2014 de 13 de maio, alterado pelo Decreto-Lei nº 105/2017 de 29 de agosto e pelo Decreto-Lei nº 104/2018 de 29 novembro.

16.2. Orientações técnicas e/ou orientações de gestão

- NORMA DE GESTAO N.º 2/NORTE2020/2015 - Cumprimento das regras associadas a contratação pública - Operações públicas;
- NORMA DE GESTAO N.º 1/NORTE2020/2015 - Regras de elegibilidade de despesas – Operações públicas | FEDER

16.3. Outra documentação relevante

- Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT).

17. Esclarecimentos e pontos de contacto

Pedidos de informação ou de esclarecimento podem ser obtidos:

- No Portal Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), suporte técnico e assistência ao esclarecimento de dúvidas relativas ao Balcão 2020, da responsabilidade da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ex.: registo de beneficiários, formulário de candidatura, dificuldades de registo e submissão das candidaturas), através do menu “Contacte-nos”
 - a) No Site do NORTE 2020 (<http://www.norte2020.pt/>), através do menu “Sugestões e Dúvidas” (email norte2020@ccdr-n.pt).

Porto, xx de julho de 2019

O Presidente da Comissão Diretiva do NORTE 2020,

Fernando Freire de Sousa

ANEXOS:

ANEXO I - Critérios de seleção e metodologia de avaliação

ANEXO II – Documentos a incluir na candidatura

ANEXO III – Minuta de declaração de compromisso

ANEXO IV – Modelo Orçamento Global

ANEXO V - Minuta de declaração de compromisso TOC/ROC

ANEXO VI – Ficha de Verificação das Regras Ambientais

ANEXO VII – Ficha de Verificação das condições de Igualdade de Oportunidades

ANEXO VIII – Modelo de Memoria Descritiva Complementar_TIC

ANEXO IX – Modelo Declaração Afetação Operação